

Euclides da Cunha e a exploração da natureza

Euclides da Cunha and the exploration of nature

Attila Huszar¹

Resumo: Este artigo analisa a ambivalência inerente ao tratamento literário do assunto da natureza nos escritos de Euclides da Cunha. Se Cunha, por um lado, insiste num controle racional da natureza como garantia do progresso da sociedade e do estabelecimento da civilização, e se critica em seguida a exploração predadora da natureza por seus compatriotas, chegando a uma crítica de empenho ecológico cuja atualidade é inegável, a especialidade deste discurso é, por outro lado, posta em perigo pela sua ligação às teorias raciais às quais o escritor adere. Pela análise de *Os sertões*, de artigos em *Contrastes e confrontes* e em *À margem da história*, tentamos comprovar que este controle racional da natureza proposto por Cunha pode a cada instante transformar-se numa dominação irracional e destruidora dirigida contra a natureza e o homem.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; natureza; ecologia.

Abstract: The following article analyses the ambivalence inherent in the literary treatment of the theme of nature in the writings of Euclides da Cunha. If Cunha, on one hand, insists on a rational control of nature as a guarantee of the progress of society and the establishment of civilization, and if he criticises the predatory exploitation of nature by his compatriots, thus arriving at a form of ecological criticism which is today more important than ever, the particularity of his discourse is endangered by its connection to racial theories which the author adhered to. Through the analysis of *Os sertões* and articles from *Contrastes e confrontes* and *À margem da história*, we try to prove that the racional control of nature suggested by Cunha can, at each moment, turn into a form of irrational and destructive domination directed against nature and humans.

Keywords: Euclides da Cunha; nature; ecology

1 Introdução

A palavra portuguesa *exploração* evoca uma ambivalência curiosa, reunindo dois sentidos que, ao primeiro olhar, parecem não ter nenhuma ligação, mas cuja conexão foi provada inúmeras vezes pela história do colonialismo: se em inglês e em francês distinguem-se as palavras *exploitation* e *exploration*, em espanhol *explotación* e *exploración*, e em alemão *Erforschung* e *Ausbeutung*, em português há apenas um vocábulo. É como se, na visão lusófona

¹ Professor de Alemão no Departamento de Alemão da Universidade de Poitiers, França. Também professor no Serviço Austríaco de Intercâmbio (Österreichischer Austauschdienst). E-mail: attila.huszar@univ-poitiers.fr.

do mundo, o reconhecimento de uma região ou de um continente fosse inevitavelmente conectado ao abuso da sua população ou da sua natureza. É a partir desta palavra e da sua dupla acepção que propomos estudar a ambivalência no discurso em relação à natureza nos escritos de Euclides da Cunha. Trata-se de um discurso com uma atualidade surpreendente, antecipando o debate ecológico, mas também marcado pela ideologia obsoleta das teorias raciais às quais o autor brasileiro aderiria, como demonstram certas páginas de *Os sertões* e trechos nos seus artigos.

2 Euclides da Cunha, a escrita e o controle da natureza

A natureza do sertão, para Euclides da Cunha, é um caos contínuo, um processo de luta e de destruição, como atestam várias expressões famosas em *Os sertões*. Na primeira página do livro, Cunha apresenta uma descrição do litoral entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, “do conflito secular que ali se trava entre os mares e a terra [...]” (Cunha, 2009^{a2}, p. 11), descrevendo o “martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas” (Cunha, 2009^a, p. 20), mencionando “verões queimados” e “invernos torrenciais” (Cunha, 2009^a, p.20), e comparando o regime meteorológico do sertão baiano a “um círculo vicioso de catástrofes” (Cunha, 2009^a, p. 53). Nos seus escritos sobre os “sertões remotíssimos” (Cunha, 2009, p. 166) do Norte brasileiro, o leitor encontra a mesma interpretação do meio ambiente: a natureza da Amazônia, como escreve Cunha em “Impressões gerais”, o primeiro texto de *À margem da história*, ainda não estaria pronta para a chegada do homem:

Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis [...] (Cunha, 2009 p. 131-32).

O rio Amazonas, com sua “inconstância tumultuária” (Cunha, 2009, p. 138), é representativo da natureza amazônica: “O que nele se destaca é a função destruidora, exclusiva” (Cunha, 2009, p. 135). Seu movimento imita os ciclos naturais de vida e morte, de construção e destruição:

[...] sempre desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em décadas – com a

² Com a letra “a”, referimo-nos ao segundo volume dos escritos completos de Euclides da Cunha (Nova Aguilar, Rio de Janeiro).

ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomençar perpetuamente um quadro indefinido... (Cunha, 2009, p. 135).

Ao comparar, em *Os sertões*, a vida do gaúcho do Sul do Brasil com a do sertanejo baiano, Euclides da Cunha menciona “uma natureza carinhosa que o encanta [isto é, ao gaúcho]” (Cunha, 2009^a, p. 97) e assim se refere a uma natureza pastoral. No entanto, a visão da natureza que se encontra nos seus escritos é em grande parte *anti-pastoral*³. Sabendo que, segundo a frase bem conhecida de *Os sertões*, o “martírio do homem” nasce do “martírio secular da Terra” (Cunha, 2009^a, p. 53), é, portanto, necessário controlar a natureza do sertão, substituindo sua instabilidade pela estabilidade garantida pelo processo civilizatório. E este começa pela escrita, como constata Roberto Ventura:

Sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática (Ventura, 1998, p. 65).

Na “Nota preliminar” de *Os sertões*, Cunha critica seus compatriotas, “vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa” (Cunha, 2009^a, p. 5) sem conhecer as regiões do vasto interior de seu país, como o sertão baiano: “As nossas melhores cartas, enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, *terra ignota*, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras” (Cunha, 2009^a, p. 16). Num artigo de *Contrastes e confrontos*, “Plano de uma cruzada”, de 1904 (dois anos depois da publicação de *Os sertões*), e cuja segunda parte significativamente se chama “Olhemos para nossa terra”, ele repete as ideias esboçadas na sua obra prima:

O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, *desertus*; e, a exemplo dos cartógrafos medievos, ao idealizarem a África portentosa, podíamos escrever em alguns trechos dos nossos mapas a nossa ignorância e o nosso espanto: *hic habent leones*... (Cunha, 2009, p. 39).

Até agora, a descrição e a exploração do Brasil, das suas paisagens e da sua natureza teria sido feito por naturalistas estrangeiros, europeus e norte-americanos, recorrendo a sua

³ Para os termos “pastoral” e “anti-pastoral”, veja o livro *Pastoral* (2001) de Terry Gifford. Um uso mais amplo da palavra pastoral se refere a textos literários descrevendo a natureza, normalmente de maneira positiva, contrastando-a com o urbano, (Gifford, 2001, p. 10). A palavra anti-pastoral se opõe a uma visão unicamente positiva da natureza: “[...] the natural world can no longer be constructed as ‘a land of dreams’, but is in fact a bleak battle for survival without divine purpose [...]”, como constata Gifford se referindo ao poema *Dover Beach* do poeta britânico Matthew Arnolds (Gifford, 2001, p. 63).

língua, aos seus conhecimentos e ao vocabulário tirado das suas paisagens natais para descrever o Brasil: “É que a nossa história natural ainda balbucia em seis ou sete línguas estrangeiras, e a nossa geografia física é um livro inédito” (Cunha, 2009, p. 39). Não é, segundo Euclides da Cunha, somente necessário escrever sobre o Brasil, como demonstra a metáfora do livro, também é necessário criar uma linguagem adaptada a essa tarefa.

O leitor encontra uma argumentação semelhante nos textos amazônicos, evocando a questão seguinte: como fixar um mundo na escrita caracterizado sobretudo por sua instabilidade, em constante processo de transfiguração? Como descrever o curso de um rio que permanentemente muda de rumo? Pois, depois “de uma única enchente, se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo” (Cunha, 2009, p. 132). Quem escreve sobre a Amazônia, desliza da análise factual para a ficção, mistura pesquisa científica e fantasia e confunde realidade e sonho:

Parece que ali a imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises; às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfeçam em hipérboles. E figura-se alguma vez em idealizar aforrado o que ressaí nos elementos tangíveis da realidade surpreendedora, por maneira que o sonhador mais desensofrido [sic!] se encontre bem, na parceria dos sábios deslumbrados (Cunha, 2009, p. 133).

Euclides da Cunha articula suas ideias de maneira mais clara ainda no seu prefácio ao livro *Inferno verde*, escrito pelo seu amigo Alberto Rangel e publicado em 1908. O livro seria “bárbaro”, “conforme o velho sentido clássico: estranho” (Cunha, 2009, p. 594): “Porque o que aí é fantástico e incompreensível, não é o autor, é a Amazônia” (Cunha, 2009, p. 594.). Mais uma vez, Cunha insiste no estado inacabado da região: “Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (Cunha, 2009, p. 595). E também recorre à metáfora do livro, confirmando que a escrita, e sobretudo na forma das ciências naturais, é o primeiro passo para explorar a natureza, e o pré-requisito para o estabelecimento da civilização. A terra da Amazônia ainda seria misteriosa (Cunha, 2009, p. 593). Mas, pelo trabalho científico de naturalistas como Henry Walter Bates e Charles Frederick Hartt, passo-a-passo, o mistério será esclarecido: “Tem-se que a reduzir, subdividindo-a, estreitando e especializando, ao mesmo passo, os campos das observações, consoante a norma de W. Bates, seguida por Frederico Hartt, e pelos atuais naturalistas do Museu Paraense” (Cunha, 2009, p. 593)⁴.

Cunha apresenta a exploração científica como uma conquista lenta, fazendo uso de metáforas marciais: “É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de

⁴ Veja também uma letra sem data de Cunha, enviada de Manaus em 1905, a Artur Lemos: “É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas: é um infinito que deve ser dosado” (Cunha, 2009^a, p. 979).

trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios” (Cunha, 2009, p. 593). Uma vez terminada esta conquista científica da Amazônia, a última região *à margem da história* terá sido integrada na civilização, e o livro da natureza estará completo: “Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a história natural...” (Cunha, 2009, p. 593). As divagações no reino do fantástico e do sonho, que, segundo Euclides da Cunha, o naturalista mais rigoroso não pode evitar, estão no início de um longo processo de análise científica, que tem como objetivo final o efeito contrário: a abolição da fantasia e do espanto. Com a conclusão do último capítulo da história natural, o “desencantamento do mundo” mencionado pelo sociólogo alemão Max Weber (veja Weber, 2002, p. 488) estaria terminado, e o sertão não seria mais sertão, mas parte da civilização.

A exploração da natureza e a integração do sertão na civilização são assuntos centrais na escrita de Euclides da Cunha. Não podem ser separados de uma ideologia nacionalista, que, no caso de *Os sertões*, também se manifesta, por exemplo, na tentativa de criar a partir do sertanejo, “o cerne de uma nacionalidade”, “a rocha viva da nossa raça” (Cunha, 2009^a, p. 475) um mito nacional⁵, e que, no caso dos seus escritos amazônicos, é claramente visível na reivindicação do território amazônico para o Brasil contra as pretensões do Peru (veja Hecht, 2013, p. 6). Mas os temas também têm um papel importante nos planos civilizatórios de Euclides da Cunha: Se o sertão é para ele a antítese da civilização, “terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura” (Ventura, 1998, p. 65), é preciso abolir o sertão para abolir a barbárie e a violência. Em *Os sertões*, Cunha explica o fanatismo primitivo do sertanejo e a sua brutalidade pelo meio cruel no qual ele é condenado a viver:

O homem dos sertões – pelo que esboçamos – mais do que qualquer outro está em função imediata da terra. É uma variável dependente no jogar dos elementos. Da consciência da fraqueza para os debelar, resulta, mais forte, este apelar constante para o maravilhoso, esta condição inferior de pupilo estúpido da divindade. Em paragens mais benéficas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imposta (Cunha, 2009^a, p. 115).

Com a abolição do sertão pela sua integração na civilização e pelo controle dos processos naturais caóticos e destruidores inerentes a ele, Cunha pretende reformar uma terra

⁵ Segundo Berthold Zilly, na narrativa euclidiana o sertanejo transfigura-se “em um quase fundador de uma nação e herói de grandeza universal. O ‘jagunço’, o ‘bandido’, o ‘duende’, o ‘fanático’, o ‘retardatário’, o ‘bárbaro’ acaba sendo santificado como mártir secularizado, tendo sua apoteose quase como salvador da pátria, conquistando um lugar de honra no imaginário da nação e da civilização” (Zilly, 1999, p. 38).

produtora de fanatismo e violência, para que guerras como a de Canudos nunca mais possam acontecer. Apesar das suas experiências como jornalista da guerra, tendo visto tropas republicanas, representantes da civilização, cometerem atrocidades piores do que as dos sertanejos aparentemente ignorantes, resumindo este “refluxo para o passado” (Cunha, 2009^a, p. 6) brilhantemente nas últimas desoladoras e tristes páginas do seu livro, constatando, então, a barbárie inerente na civilização, Cunha nunca deixou de acreditar no progresso civilizatório, esboçando como este seria possível. Depois da guerra de Canudos, começaria a luta contra a ignorância, como escreve em uma de suas reportagens sobre o sertão:

Que pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas, siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será no caso vertente, o verdadeiro vencedor: O mestre-escola (Cunha, 2009^a, p. 518).

O mestre-escola deve, porém, estar acompanhado pelo engenheiro. Cabe a este combater o clima ingrato do sertão e as secas que o invadem, e de parar o “círculo vicioso de catástrofes” (Cunha, 2009^a, p. 53) que lá se opera, e de explorar e domesticar a natureza, como demonstra um trecho do artigo “Olhemos para os sertões” (1902): “A nossa engenharia não tem destino mais nobre e mais útil que esta conquista racional da nossa terra” (Cunha, 2009, p. 654). Em *Os sertões*, Cunha recorre a uma comparação histórica, resumindo o trabalho civilizador dos romanos no norte da África, que séculos depois seria continuado pelos franceses:

Os romanos, depois da tarefa de destruição de Cartago, tinham posto ombros à empresa incomparavelmente mais séria de vencer a natureza antagonista. E ali deixaram belíssimo traço de sua expansão histórica. [...] O deserto, ao sul, parecia avançar, dominando a paragem toda, vingando-lhe os últimos acidentes que não tolhiam a propulsão do simum.

Os romanos fizeram-no recuar. Encadearam as torrentes; represaram as correntezas fortes, e aquele regime brutal, tenazmente combatido e bloqueado, cedeu, submetido inteiramente, numa rede de barragens. (Cunha, 2009^a, p.51)

Os mesmos trabalhos seriam necessários para o sertão do nordeste brasileiro. Uma tal visão não prescinde de um potencial utópico, até messiânico – se Antônio Conselheiro e seus seguidores consideravam Canudos a “imunda antessala do Paraíso” (Cunha, 2009^a, p. 156), “o último pouso na travessia de um deserto – a Terra” (Cunha, 2009^a, p. 151) – Euclides da Cunha quer realizar o potencial messiânico daquela terra: “E o sertão é um paraíso...” (Cunha, 2009^a, p. 44). O primeiro passo da luta contra o sertão, contra a ignorância e a barbárie, é a sua identificação pela escrita. O segundo é, no sertão da Bahia, a luta dos cientistas e engenheiros contra o deserto que está avançando. Se trata de uma medida não somente civilizadora, mas também ecológica.

3 Crítica e empenho ecológicos

A expansão do deserto que Euclides da Cunha observa no sertão da Bahia não é somente resultado de um processo natural destruidor. Nele também participou “um agente geológico notável – o homem” (Cunha, 2009^a, p. 48), que teve, “em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos” (Cunha, 2009^a, p. 48.). A história da destruição da fauna e da terra começa pelos incêndios postos pelos indígenas, que depois foram copiados pelos colonizadores, que, além disso, atacaram árvore e terra com seus machados e alviões, fazendo assim do homem “uma componente nefasta entre as forças daquele clima demolidor” (Cunha, 2009^a, p. 50). As barbaridades e atrocidades cometidas pelos soldados republicanos e pelos sertanejos na guerra de Canudos que Cunha descreve no seu livro encontram seu equivalente nas destruições da natureza causadas pelo homem, como menciona na terceira parte do artigo “Plano de uma cruzada”, intitulada “Um contraste”, onde fala, desta vez, não do “círculo vicioso de catástrofes”, mas do “círculo vicioso da atividade nacional”: “[...] a nossa cultura tem como efeito de barbarizar a terra” (Cunha, 2009, p. 44). É por isso que as frases que precedem a comparação histórica com o trabalho civilizador dos romanos e dos franceses no norte da África estão entre as mais esperançosas do livro, sobretudo se comparadas com seu fim desolador onde Cunha vê os homens, primitivos ou civilizados, presos num ciclo de violência e brutalidade interminável, sem saída. O homem, colaborando com as forças naturais, fez, “talvez, o deserto. Mas pode extingui-lo ainda, corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável” (Cunha, 2009^a, p. 50). Parando a destruição da terra, domesticando a natureza instável e caótica, Cunha quer atingir um estado de civilização, onde, enfim, os homens não se matariam mais em conflitos irracionais.

Em alguns artigos de *Contrastes e confrontos*, por exemplo, no já mencionado “Plano de uma cruzada”, o autor elabora sua crítica ecológica esboçada em *Os sertões*. Em “Fazedores de desertos” (1901), descreve o interior de São Paulo e traça a imagem de um mundo que está mudando por causa do aquecimento da terra:

É natural que todos os dias chegue, do interior, um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem o mais antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo (Cunha, 2009, p. 86).

Para sublinhar seu argumento, ele recorre à retórica pastoral: ao contrário da natureza do sertão baiano, a natureza do interior de São Paulo era harmoniosa, estável e equilibrada, de maneira que os que a habitam podiam lê-la, prevendo o tempo. Agora, porém, esta região exuberante estaria se transformando em deserto:

Daí o quadro lastimável descortinado pelos que se aventuram, nestes dias, a uma viagem no interior – varando a monotonia dos campos mal debruados de estreitas faixas de matas, ou pelos carreadores longos dos cafezais requeimados, desatando-se indefinidos para todos os rumos – miríades de esgalhos estonados, quase sem folhas ou em varas, dando em certos trechos, às paisagens, um tom pardacento e uniforme, de estepe... (Cunha, 2009, p. 87).

O homem é, mais uma vez, o responsável por essa “anomalia climática” (Cunha, 2009, p. 87): “Porque há longos anos, com a persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmo [sic!] a criamos” (Cunha, 2009, p. 87). Esta constatação demonstra uma ironia sutil, conectada ao pessimismo amargo de Cunha: Os homens carecem de persistência para empreendimentos construtivos e com sentido, isto é, só perseveram em obras de destruição, continuando-as com paciência até o fim do trabalho. Referindo-se a São Paulo, fica claro que a expansão do deserto não é só um fenômeno do nordeste brasileiro. Os argumentos que Cunha apresenta parecem, todavia, com aqueles presentes em *Os sertões*. Cunha conta a história da destruição da natureza, iniciada pelos indígenas e continuada pelos colonizadores, para terminar com uma frase que se encontra, similarmente, em *Os sertões*: “Ora, tais selvaticezas atravessaram toda a nossa história” (Cunha, 2009, p. 88). Mas no artigo, Cunha explica a relação entre ecologia e economia: “Iludimos a crise financeira e o preço alto do carvão de pedra atacando em cheio a economia da terra, e diluindo cada dia no fumo das caldeiras alguns hectares da nossa flora” (Cunha, 2009, p. 88). Seus argumentos antropológicos em *Os sertões* agora se transformam em uma crítica do sistema capitalista. Para garantir a estabilidade da situação econômica, a estabilidade do meio natural é desequilibrada, como explica o autor, recorrendo ao seu saber físico, geológico e climatológico: por causa da desflorestação, o solo é mais exposto ao calor do sol, aquecendo-se, e a fumaça da queimada industrial impede a descarga do calor pelo solo: “As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe” (Cunha, 2009, p. 89). Em “Um contraste”, Cunha protesta contra a destruição da natureza e adverte as suas consequências nefastas:

[...] a nossa cultura tem como efeito final o barbarizar da terra.
Malignamo-la, desnudamo-la rudemente, sem a mínima lei repressiva refreando estas brutalidades – e a pouco e pouco, nesta abertura contínua de sucessivas áreas de

insolação, vamos ampliando em São Paulo, em Minas, em todos os trechos, mais apropriados à vida, a faixa tropical que nos malsina. Não há exemplo mais típico de um progresso às recuadas. Vamos para o futuro sacrificando o futuro, como se andássemos nas vésperas do dilúvio (Cunha, 2009, p. 44).

Se, segundo Walnice Nogueira Galvão, o oxímoro é “a figura predileta do autor” (Galvão, 2009, p. 38), a expressão “progresso às recuadas” deve estar entre os melhores oxímoros de Euclides da Cunha. A sua ideia de um crescimento econômico efêmero, combinado com uma ganância predadora e baseado na exploração da natureza que cria danos importantes num futuro mais remoto, resume perfeitamente os desafios climáticos da sociedade capitalista do século 21 e demonstra a perspicácia do escritor-engenheiro brasileiro: ele soube antecipar a incompatibilidade do sistema capitalista com um futuro durável⁶. Criticando o historiador inglês Henry Thomas Buckle, Cunha afirma nas últimas linhas de “Fazedores de desertos” que o homem tem um papel importante na história natural:

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de forças, *wantonness of power*, com esplendor sem par. Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério. Extingue-as (Cunha, 2009, p. 90).

Cunha explica nestas frases a ambivalência da palavra “exploração”: enquanto ele imagina uma exploração racional, primeiro pela escrita e depois pela ciência, de uma natureza instável e caótica, na forma da sua correção e da sua dominação nobre, seus compatriotas exercem uma exploração destruidora, contribuindo mais à instabilidade do ambiente e, ao mesmo tempo, da civilização nele inserida. Escritos no início do século 20, artigos como “Fazedores de desertos” e “Plano de uma cruzada” também poderiam ter sido escritos no início do século 21, tão grande é a sua atualidade. Foi a ciência natural que permitiu a Cunha escrever frases tão pertinentes, mas também foi através dela que o seu pensamento, no que há de mais brilhante e racional, corre o risco de cair no seu contrário, numa irracionalidade bárbara e destruidora.

4 Ecologia e teorias raciais

⁶ Compare Löwy, 2018, s.p.: “The capitalist system, an economic growth machine propelled by fossil fuels since the Industrial Revolution, is a primary culprit in climate change and the wider ecological crisis on Earth. Its irrational logic of endless expansion and accumulation, waste of resources, ostentatious consumption, planned obsolescence, and pursuit of profit at any cost is driving the planet to the brink of the abyss”.

Não há nenhuma dúvida de que as páginas sobre teorias raciais e a miscigenação no Brasil são as mais problemáticas em *Os sertões*. Reproduzindo os conhecimentos da sua época, Cunha apresenta como fatos científicos o que na verdade são divagações falsas e racistas. O seu leitor é então confrontado a um pensamento contraditório, por meio do qual o autor critica as tropas republicanas por sua barbaridade exposta contra os sertanejos em Canudos, mas recorre ao mesmo tempo à ideologia das teorias raciais que, em outro contexto, poderia justificar tais crimes, representando, por exemplo, a guerra de Canudos não como fratricídio, mas como luta entre uma raça superior e outra inferior⁷. Frases como “A mistura de raças é, na maioria dos casos, prejudicial” (Cunha, 2009^a, p. 89), “A mestiçagem extremada é um retrocesso” (Cunha, 2009^a, p. 89) e “De sorte que o mestiço [...] é, quase sempre, um desequilibrado” (Cunha, 2009^a, p. 89) estabelecem uma constelação ideológica de povos dominadores e outros dominados, reafirmando a oposição entre civilização e barbárie sertaneja que Cunha desconstruía na sua obra mestra. Uma problemática semelhante se encontra nos seus planos para uma exploração racional da natureza. Estes são articulados com metáforas marciais, como demonstram o título do artigo “Plano de uma cruzada” e expressões como “uma espécie de ‘guerra dos cem anos’ contra o clima” (Cunha, 2009, p. 35) ou “[uma] campanha formidável contra o deserto” (Cunha, 2009, p. 36). Não se tratam apenas de metáforas. O uso delas esconde ideais mais problemáticos. Primeiramente, revelam o potencial destruidor por trás da ideia de uma conquista racional da natureza e apontam assim para aquela exploração irracional e destruidora criticada por Cunha nos seus compatriotas. Em segundo lugar, incitam não somente a dominação da terra, mais também dos seus habitantes, como ilustra o trecho em *Os sertões* que segue a descrição do trabalho civilizador romano no norte da África:

Os franceses, hoje, copiam-lhes em grande parte os processos, sem necessitarem alevantar muramentos monumentais e dispendiosos. [...] E a histórica paragem, liberta da apatia do muslim inerte, transmuda-se volvendo de novo à fisionomia antiga. A França salva os restos da opulenta herança da civilização romana, depois desse declínio de séculos (Cunha, 2009^a, p. 51-52).

⁷ Como demonstrou Berthold Zilly, o assunto é mais complicado no caso de Euclides da Cunha: enquanto vários políticos e intelectuais brasileiros consideravam a heterogeneidade étnica do Brasil um problema e tentaram achar uma solução no “branqueamento” da população brasileira pela imigração da Europa (comp. Zilly, 1999, p. 14), Cunha tentou estabelecer os sertanejos como raça autenticamente brasileira: “[...] um tipo antropológico brasileiro homogêneo se revela realidade no passado e no presente do sertão, no âmago do Brasil: um portador possível de uma civilização [...] que seja autenticamente brasileira” (Zilly, 1999, p. 25). Neste contexto, as ideias do escritor brasileiro parecem quase revolucionárias. Ele tem, porém, que recorrer às mesmas teorias raciais para apresentar as suas explicações, assim confirmando mais as teorias raciais do que questionando-as.

Mais do que uma formulação arbitrária e racista, a “apatia do muslim inerte” se refere às teorias raciais: Se, segundo Cunha, é importante controlar a natureza de maneira responsável e racional, isto é só possível, também segundo o autor, para as raças civilizadas (i. e. os povos brancos da Europa e da América do Norte), como explica o escritor em “Um contraste”:

Não nos contentamos em resolver a golpes de subscrições intermitentes a fatalidade das secas, que vitimam o Norte; vamos além: alargamo-las criando no Sul, sobre as vastas áreas insoladas, continuamente crescentes, todas as mínimas barométricas que no-las atrairão mais tarde...

E tudo isto – esta indiferença ou esta intervenção, ambas prejudiciais, se observa numa época em que o único significado verdadeiramente civilizador do movimento expansionista das raças vigorosas sobre a terra está todo em afeiçoar os novos cenários naturais a uma vida maior e mais alta – compensando-se o duro esmagamento das raças incompetentes com a redenção maravilhosa dos territórios... (Cunha, 2009, p. 44-45).

Enquanto o primeiro parágrafo critica o impacto nefasto do homem sobre a natureza, o segundo representa uma justificativa ideológica para o colonialismo ou o imperialismo, associando a dominação nobre da natureza com o esmagamento cruel dos povos nativos. Isso permite a constatação de que justamente onde os escritos de Cunha são mais revolucionários, também incorrem no risco de cair no que há de mais falso e problemático, a saber, numa ideologia baseada nas teorias raciais como pretexto para a exploração colonial. No entanto, as duas ideias estão muito mais entrelaçadas: explicando o termo *Naturbeherrschung* (“dominação da natureza”), o filósofo alemão Theodor W. Adorno a define como a dominação social do que hoje é geralmente considerado como “natureza”, mas também à dominação dos homens e da vida interior humana (veja Adorno, 2019, p. 21). Para os escritos de Cunha, as primeiras duas noções são relevantes: a *Naturbeherrschung*, a dominação da natureza, dirige-se contra natureza e homem. Nesta visão a exploração da natureza também é uma espoliação dos seus habitantes e *vice-versa*, uma dinâmica claramente comprovada pelos seus escritos amazônicos.

5 A exploração do homem e da natureza nos escritos amazônicos

Nos escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, o leitor percebe que a exploração da natureza inclui a exploração dos povos que a habitam. Mas não lhes falta viés ideológico. Como chefe da parte brasileira da *Comissão de Reconhecimento do Alto Purus*, Cunha não somente deveria cartografar o território reivindicado pelo Brasil como também criar uma narrativa ideológica justificando as exigências do país:

As an aide to the Baron Rio Branco, [...] da Cunha mapped one of the longest tributaries of the Amazon, the Purús, and developed the nationalist/imperial narrative that would shape the boundary mediations between Brazil, Bolivia, and Peru by unveiling the hidden histories of Amazonian conquest and settlement (Hecht, 2013, p. 6).

Propagandista do Brasil, Cunha tenta glorificar a sua presença na Amazônia e profanar a presença dos peruanos. Para isso, ele recorre mais uma vez à ambivalência da palavra “exploração”: além da investigação científica da Amazônia mencionada acima, cria uma dicotomia entre a exploração racional da natureza feita pelos seringueiros brasileiros e uma outra, destruidora, realizada pelos caucheiros peruanos⁸. Esta última seria baseada em duas formas de extrair o látex precioso das seringueiras, como Cunha explica no artigo “Os caucheiros”, o quarto artigo de *À margem da história*:

O caucheiro é forçadamente um nômade votado ao combate, à destruição e a uma vida errante ou tumultuária, porque a *castilloa elástica* [sic!], que lhe fornece a borracha apetecida, não permite, como as *heveas* brasileiras, uma exploração estável, pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe retiram. É excepcionalmente sensível. Desde que a golpeiem, morre, ou definha durante largo tempo, inútil. Assim o extrator derruba-a de uma vez para aproveitá-la toda (Cunha, 2009, p. 166).

Enquanto os caucheiros são nômades – “[c]hegam, destroem, vão-se embora” (Cunha, 2009, p. 169), como escreve o autor, reapropriando-se das palavras famosas de Julius César –, os seringueiros exercem uma atividade estável, indispensável para o estabelecimento da civilização. Os caucheiros, “caçadores de árvores” (Cunha, 2009, p. 167), também caçam os povos indígenas, para explorá-los como exploram a natureza: “Vão em busca do selvagem que devem combater e exterminar ou escravizar, para que do mesmo lance tenham toda a segurança no novo posto de trabalhos e braços que lhos impulsionem” (Cunha, 2009, p. 167). Se as descrições das atrocidades dos caucheiros não são falsas, o leitor de Cunha perceberá a fragilidade da dicotomia estabelecida por razões ideológicas: os brasileiros, em artigos de *Contrastes e confrontos* descritos como terríveis fazedores de desertos, barbarizando a própria terra para ganhos financeiros rápidos, são de repente os representantes da exploração racional sempre exigida pelo autor, enquanto os peruanos tomam o papel antes atribuído aos brasileiros. Mas o leitor atento perceberá por trás dessas construções ideológicas a mesma forma da verdade que Cunha exprime nas últimas páginas de *Os sertões*⁹. Ela pode ser resumida no que o escritor

⁸ Esta dicotomia também é baseada em teorias raciais: no artigo “Contrastes e confrontos” (Cunha, 2009, p. 56-60), de 1904, Euclides da Cunha, propagandista, tenta caracterizar o povo peruano, apresentando-o como um povo sem tradição e caráter nacional, inapropriado para a civilização, que explora seu passado e sua natureza para ganhos rápidos, destruindo ambos neste processo.

⁹ Assim, trechos como o seguinte são opostos às teorias raciais expostos na segunda parte do livro, confirmando a capacidade de qualquer ser humano, independentemente de qualquer origem, para a barbárie e o mal: “Descidas

chamou, numa carta para José Veríssimo, redigida em Manaus no dia 10 de março 1905, “meu incurável pessimismo” (Cunha, 2009^a, p. 979). Com essa expressão, ele se refere ao título do seu livro sobre a Amazônia nunca terminado, *Um Paraíso perdido*, onde, como descreve numa carta para Coelho Neto, “[...] procurarei vingar a Hiloe [sic!] maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII” (Cunha, 2009^a, p. 977). Falando de *todas* as brutalidades *das gentes adoidadas*, o escritor acusa não somente os caucheiros, mas todos os povos que destroem a Amazônia, quer seja o brasileiro, o peruano, o boliviano ou mesmo o europeu. O título *Um Paraíso perdido*, inspirado em *Paradise Lost* de John Milton, traça a imagem pessimista de uma humanidade somente capaz de destruir, chegando até a aniquilar o próprio paraíso, caso lhe fosse oferecido.

Apesar da função ideológica dos seus escritos, Cunha menciona, todavia, as injustiças que observa na Amazônia do lado brasileiro, como a exploração cruel dos trabalhadores chegados do Nordeste já mencionada em “Impressões gerais”:

É que, realmente, nas paragens exuberantes das *heveas* e *castilloas*, o [o seringueiro] aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo.

De feito, o seringueiro e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das ‘estradas’, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se (Cunha, 2009, p. 141).

É por isso que o autor insiste em medidas para garantir a proteção dos trabalhadores, como “uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra” (Cunha, 2009, p. 143). Seu pensamento constitui uma crítica do sistema capitalista instalado na Amazônia e converge na mesma direção que o ecossocialismo descrito por Michael Löwy (Löwy 2018), cujo objetivo é a criação de um mundo pós-capitalista onde natureza e trabalhador seriam respeitados e protegidos.

Em “Os caucheiros”, enfim, Cunha lista nomes de tribos amazônicas que desaparecerão em breve, criando assim uma espécie de necrológio antecipado (Cunha, 2009, p. 166). A causa do desaparecimento das tribos é o progresso da civilização na Amazônia, do qual os caucheiros só seriam os pioneiros:

as vertentes, em que se entalava aquela furna enorme, podia representar-se lá dentro, obscuramente, um drama sanguinolento da idade das cavernas. O cenário era sugestivo. Os atores, de um e de outro lado, negros, caboclos, brancos e amarelos, traziam, intacta, nas faces, a caracterização indelével e multiforme das raças – e só podiam unificar-se sobre a base comum dos instintos inferiores e maus. A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desforrava-se afinal” (Cunha, 2009^a, p. 455).

O narrador destes dias chega no final de um drama, e contempla surpreso o seu último quadro prestes a cerrar-se.

A civilização, barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali a barba encantada: os peruanos pelo ocidente e pelo sul; os brasileiros em todo o quadrante de NE; no de SE, trancando o vale do *Madre de Dios*, os bolivianos.

E os caucheiros aparecem como os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos (Cunha, 2009, p. 166).

Não é difícil imaginar que os brasileiros, criticados por Cunha em artigos de *Contrastes e confrontos* por seu extrativismo destruidor da natureza, e em *A margem da história* por sua espoliação cruel dos seringueiros e o aniquilamento das tribos amazônicas, não são os representantes ideais da exploração estável e racional da forma como ele, na propaganda contra os caucheiros peruanos, representa-os. Se a dicotomia seringueiro-caucheiro é baseada na dicotomia Peru-Brasil, e se esta recorre, no final das contas, às teorias raciais, os escritos de Cunha tanto a negam quanto a confirmam, acusando um mecanismo onnipresente de exploração do homem e da natureza, independentemente de nação e raça, e inerente à civilização.

5 Considerações finais

A escrita de Euclides da Cunha prefigura os desafios ecológicos do século 21. Ressalta a necessidade de uma mudança da relação do ser humano com a natureza e de um outro sistema econômico no qual, ao contrário do capitalismo, o ambiente não seja explorado para ganhos e para um crescimento econômico de pouca duração. Mas também é saturada de ideologia que contribui à injustiça criticada. Se, para Cunha, o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (Cunha, 2009^a, p. 5), mencionado na “Nota preliminar” a *Os sertões*, é lamentável, ele o considera justo se esta forma de colonização for seguida por uma exploração racional e estável da natureza. Este raciocínio revela a ambivalência no pensamento euclidiano: mesmo que a dominação da natureza caótica e imprevisível dos sertões pela civilização pareça justificável porque cria uma melhor vida para os seus habitantes e, mesmo que o próprio autor critique sinceramente os seus compatriotas por sua destruição sem sentido da natureza, chegando a uma forma revolucionária de empenho ecológico ou até “ecossocialista” *avant la lettre*, ele não consegue dominar a ambivalência que se encontra na palavra exploração e que vai de um controle razoável da natureza até a sua destruição desmedida. Fazendo da exploração colonialista ou imperialista um elemento nefasto, mas necessário, da exploração racional da natureza, ele aproxima-se do seu contrário: a dominação e o esmagamento cruéis de povos inteiros reintroduzem a possibilidade de destruição da natureza, como demonstram os seus

escritos amazônicos, em que descreve como os atores no ciclo da borracha destroem seja árvore seja homem. Uma frase de “Olhemos para nossa terra” reflete essa ambivalência: “Esta exploração científica da terra – coisa vulgaríssima hoje em todos os países – é uma preliminar obrigatória do nosso progresso [...]” (Cunha, 2009, p. 38). A “exploração” à qual Euclides da Cunha aspira garantiria um verdadeiro progresso; a outra forma de exploração, também presente na palavra e na frase de Cunha, levaria a um “progresso às recuadas”. É assim que os seus escritos fazem apologia de uma exploração racional da natureza que, a cada instante, pode cair no seu contrário, aquela da irracionalidade destruidora que o próprio autor critica.

Referências

- ADORNO, T. W. *Zur Lehre von der Geschichte und von der Freiheit (1964/65)*. Organização: Rolf Tiedemann. 5.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2019.
- CUNHA, E. *Obra Completa. Volume I*. Organização: Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2009.
- CUNHA, E. *Obra Completa. Volume II*. Organização: Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2009.
- GIFFORD, T. *Pastoral*. London/New York: Routledge, 1999. Versão digital publicada por Taylor & Francis e-Library, 2001.
- GALVÃO, W. N. *Euclidiana: Ensaio sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HECHT, S. B. *The Scramble for the Amazon and the “Lost Paradise” of Euclides da Cunha*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2013.
- LÖWY, M. *Why Ecosocialism: For a Red-Green Future*. Great Transition Initiative. Disponível em: <<https://greattransition.org/publication/why-ecosocialism-red-green-future>>. Acesso em: 16 set. 2025.
- VENTURA, R. Visões do deserto: Selva e sertão em Euclides da Cunha. In: BRAIT, B. *O Sertão e os Sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p. 63-76.
- WEBER, M. *Schriften 1894-1922*. Organização: Dirk Kaesler. Stuttgart: Kröner Verlag, 2002.
- ZILLY, B. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 1999, p. 5-45.

Recebido: 09/07/2025

Aprovado: 15/09/2025

Publicado: 27/12/2025